

xamãs realizam ritos em troca de seus privilégios etc. No contexto atual, a escolha dos cargos de novas lideranças – tais como conselheiros de saúde, professores, Agente Indígenas de Saúde (AIS) e outros empregos criados pelas organizações externas – passa pelo crivo das hierarquias, e suas obrigações e ações são vigiadas, controladas e manipuladas por meio de boatos e ameaças, de feitiçaria e veneno.

Hoje, o cenário político tornou-se bastante complexo com a multiplicidade de lideranças tradicionais e novas: chefes de aldeias, xamãs, lideranças das organizações indígenas, pastores, AIS, professores, conselheiros, parlamentários, entre outros. Além disso, a presença crescente de agências externas e suas intervenções no Rio Negro têm estabelecido novos eixos de conflito e competição. Devido à influência de uma missionária evangélica da primeira metade do século vinte, a identidade religiosa entrecruzou-se com as outras divisões sociais, estruturando as interações dos grupos locais.

Desde a década de 80, as influências globais se intensificaram com a entrada de organizações nacionais e internacionais que pretendiam apoiar projetos de agricultura, saúde, educação e a formação de organizações indígenas. Em 1987, foi criada a Federação de Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) visando a coordenação das inúmeras organizações de base que estavam surgindo entre os vários grupos étnicos, em seus assentamentos ao largo dos rios da região. Inicialmente, essa federação atuou no confronto e reivindicação de direitos territoriais e civis, mas a natureza de seu papel e poder transformou-se nos últimos anos e, atualmente, suas atividades visam a mediar com agências externas para satisfazer necessidades, tais como educação e saúde. Um exemplo desta transformação é o convênio assinado com a Fundação Nacional de Saúde em 2002, delegando à FOIRN a responsabilidade da assistência de saúde na maior parte da área indígena do Município de São Gabriel da Cachoeira. Os recursos oriundos do convênio foram da ordem de R\$ 2.900.000,00, tornando a FOIRN a segunda maior empregadora em saúde no município.

As duas últimas partes do livro examinam o cotidiano dos líderes, enfocando duas organizações de base e o crescimento das atividades da FOIRN. Os novos líderes são vistos como detentores de prestígio e de bens, que estão fora do alcance de seus co-residentes, e as demandas locais os colocam em uma cruzilhada entre o local e o global. Em meio a um processo ao mesmo tempo global e local, homogeneizante e heterogenizante, as novas lideranças modificam e redimensionam suas práticas na tentativa de negociar as demandas conflitantes que enfrentam neste processo. Por um lado, sua legitimidade local depende da satisfação das demandas de suas comunidades de origem, que esperam que a distribuição de mercadorias e outros bens seja realizada segundo as obrigações de parentesco, as redes de alianças e as hierarquias de poder. Os parentes dos AIS têm a expectativa de que a circulação dos remédios ocorra conforme as exigências das redes locais e que, portanto, não dependa da necessidade imediata do uso dos medicamentos. Os conselheiros indígenas de saúde se encontram entre as necessidades universais de saúde e suas obrigações particulares com os parentes. Por outro lado, as demandas externas colo-

cam outros valores e maneiras de agir, privilegiando o indivíduo, a propriedade privada, a racionalidade e o urbanismo. Há uma certa “ocidentalização” de valores e padrões de comportamento que entram em conflito com as lealdades tradicionais. Garnelo relata alguns casos de lideranças que reagiram a esta situação repleta de exigências contraditórias com ansiedade e temor exacerbado do uso de veneno como forma de retaliação.

Este livro é importante tanto para os interessados em política de saúde indígena quanto para os antropólogos que têm interesses mais teóricos e acadêmicos. Trata-se de uma rica fonte de dados sobre a complexa atualidade indígena no Alto Rio Negro, e também é a primeira análise publicada que examina o contexto local da implantação dos DSEIs. A discussão elaborada ao longo do livro é altamente densa mas, de certa maneira, é um pouco repetitiva. A leitura se beneficiaria com mais exemplos etnográficos para ilustrar a discussão. Da mesma forma, experiência de primeira mão da autora poderia estar mais presente: Garnelo trabalha no Rio Negro como médica e antropóloga há mais de uma década e este livro, baseado em sua tese de Doutorado em Antropologia, é o resultado desta vasta experiência. Entretanto, a voz da autora parece estar silenciada em favor de um discurso que busca ser mais objetivo. Naturalmente, este aspecto criticável não diminui o mérito e a contribuição deste excelente livro para o campo interdisciplinar de saúde indígena e para a avaliação do modelo atual de Saúde Indígena.

Esther Jean Langdon
Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade
Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

1. Ortner SB. Theory in anthropology since the sixties. In: Dirks NB, Eley G, Ortner SB, editors. Culture, power, history: a reader in contemporary social theory. Princeton: University of Princeton Press; 1994. p. 372-411.

ETNICIDADE NA AMÉRICA LATINA: UM DEBATE SOBRE RAÇA, SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS. Simone Monteiro & Lívio Sansone (org.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. 344 pp.
ISBN: 85-7541-038-5

A finalidade do livro é sistematizar o debate ocorrido por ocasião do seminário *Raça/Etnicidade na América Latina: Questões sobre Saúde e Direitos Reprodutivos*, ocorrido no Rio de Janeiro, em novembro de 2001.

O livro é dirigido, principalmente, para pesquisadores e profissionais de saúde interessados em diversidade étnica e cultural, assim como nos estudos que ajudem a compreender o mecanismo estruturante e mantenedor da discriminação racial no Brasil e América Latina, e o seu impacto sobre o bem-estar e a saúde dos grupos populacionais não-hegemônicos.

Simone Monteiro & Lívio Sansone, organizadores da coletânea, dividiram o livro em quatro partes: perspectivas histórica e contemporânea, etnicidade e saúde, saúde reprodutiva e população indígena, e saúde reprodutiva e população negra.

Na parte inicial sobre as perspectivas histórica e contemporânea, Marcos Maio aborda o pensamento

higienista do século XIX e dele extrai argumentos históricos para fundamentar que os médicos estiveram comprometidos com projetos políticos racistas, como por exemplo, a incentivação da imigração européia em detrimento da inclusão da mão-de-obra negra no sistema capitalista emergente. Curiosamente, ao momento em que escrevo esta resenha, faço uma associação de um fato atual com o texto de Maio. Trata-se do posicionamento da egrégia Congregação da Faculdade de Medicina, da antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, que para ser coerente e congruente com este passado sem glória ao qual Maio se refere, coloca-se francamente contra a política de reserva de vagas para negros(as) na Universidade. Definitivamente, para se entender o tempo presente é preciso estudar mais o passado.

Na perspectiva contemporânea, Simone Monteiro apresenta uma atualização sobre produção científica relativa às desigualdades em saúde a partir do recorte de raça e etnicidade. Com Lívio Sansone fazemos uma viagem pela América Latina ao tempo em que ele mostra um abrangente estudo comparado sobre etnicidade e saúde reprodutiva.

Na segunda parte, José dos Anjos discute, em um texto hermético à primeira leitura, a perspectiva historicista nominalista sobre raça e saúde necessária para compreender as relações de dominação e para apontar as possibilidades de diálogo inter étnico, tendo em vista o estabelecimento de políticas públicas de saúde de alcance para os grupos não-hegemônicos, preferencialmente.

O texto de Peter Fry, cujo curioso título é *As Aparências que Enganam: Reflexões Sobre Raça e Saúde no Brasil*, pretende debater o trabalho de José dos Anjos. Na realidade, o texto é uma das raras oportunidades do livro na qual o leitor pode conhecer uma das expressões do pensamento do grupo étnico hegemônico em oposição à agenda política do movimento negro. Por sua vez, a colaboradora Mara Vigoia também debate o estudo de José dos Anjos e discute sobre o biopoder e as possibilidades de resistência.

No que se refere aos indígenas, na terceira parte, Carlos Coimbra Jr. e Luiza Garnelo abordam a saúde da mulher indígena no Brasil e reconhecem que a escassez de pesquisas com recorte étnico no Brasil, e o resultante desconhecimento sobre as questões de saúde dos grupos não-hegemônicos, coexiste com serviços precários de saúde para estas populações. Beth Conkin, por sua vez, explora o conceito de direitos reprodutivos em relação à etnicidade indígena. Renato Athias, relata com propriedade as experiências vivenciadas pelos Pankararus, indígenas de Pernambuco, quanto à saúde e procriação. Esther J. Langdon, aborda as políticas públicas de saúde indígena no Brasil e as profundas desigualdades nos resultados de saúde. Trata ainda da persistência da estratégia da assimilação em detrimento da aculturação que garantiria uma maior compreensão da cultura, valores e saberes tradicionais, assim como um maior respeito à figura da mulher indígena. É interessante observar que esta terceira parte sobre saúde indígena não apresenta nenhuma polêmica. Há diversidade até na alteridade.

Na última parte, André Caetano apresenta uma criteriosa pesquisa (eu diria: o epílogo [já conhecido] de uma novela) sobre a esterilização de mulheres no Brasil e a sua relação com a cor da pele. Francisco Bastos, debate o estudo de André Caetano e reconhe-

ce que as ciências da saúde quando optaram pela anulação de raça como variável independente, ou melhor, explicativa, substituindo-a por classe social, empobreceram as análises sobre a determinação dos agravos em saúde e não conseguiram explicar e dar solução às desigualdades de uma sociedade injusta. O tom da latinidade aparece também no texto de Fernando Giraldo e colaboradores sobre a sexualidade e saúde reprodutiva da juventude negra de Cáli, Colômbia, que em muitos aspectos permitem comparações às condições brasileiras.

Em seu texto, Fátima Oliveira, importante pesquisadora-ativista, para usar uma expressão do próprio livro, oferece inicialmente uma abordagem abrangente sobre saúde da população negra, para em seguida enfatizar a saúde reprodutiva, em especial, da mulher negra. Fátima Oliveira, enfatiza o esforço do movimento social no sentido de criar o campo de saúde da população negra e os embates desse movimento com a academia, os serviços e o governo para incorporação do tema. Embora, desde 1996, academia, serviços e governo tenham de coletar informações da clientela sobre o quesito cor (autodeclaração conforme a classificação da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e que o programa de anemia falciforme tenha sido aprovado, o recorte étnico-racial ainda é transversal aos cursos de formação profissional em saúde, nem se constitui em categoria de análise para monitoramento da qualidade e da equidade dos serviços de saúde.

No último capítulo, Monica Grin discute o trabalho de Fátima Oliveira. Este é um dos raros momentos no livro em que o leitor pode encontrar o registro da expressão do pensamento do grupo hegemônico no que se refere às relações étnicas. Como encerra o livro, fica para o leitor a opção de fechá-lo e dar por encerrada a leitura, ou então considerar a obra em aberto e dar continuidade ao debate, respondendo crítica e cientificamente os singelos dilemas e as propostas de ação, não consensuais no entender da colaboradora, para o estabelecimento de políticas públicas para correção da desigualdade racial (negra).

Ainda quanto ao conteúdo, o livro seria, conforme se pode verificar pela minha avaliação, um estudo abrangente sobre etnicidade caso tivesse contemplado também o estudo sobre as condições de saúde da etnia hegemônica nas Américas, a saber: a população branca. Isto porque, para compreender a totalidade da relação racial, em sociedades racistas, tal como a brasileira, impõe-se o referencial dialético de análise. Afinal, segundo Barbosa¹, o objeto racismo-saúde requer para sua evidenciação os dados tanto do *Eu* quanto do *Outro*, pois são complementares e compartilham um contexto que se pauta pela subordinação da diferença e se concretiza na iniquidade.

Não obstante, além dos aspectos positivos, o livro tem impressão e acabamento cuidadosos, uma característica da Editora Fiocruz, e as apresentações feitas por Ricardo V. Santos e Sérgio Carrara instigam o leitor para a coletânea sobre etnicidade, tema considerado ainda emergente para a saúde coletiva, em que pese as Américas, há quinhentos anos, terem três grandes grupos étnicos se atraindo, se matando e, mais freqüentemente, na atualidade, sentando à mesa de negociação política para discutir a distribuição da riqueza e dos bens públicos, tais como: saúde educação, habitação, reforma agrária, entre outros.

No que se refere à qualidade acadêmica, o livro foi organizado por Simone Monteiro & Lívio Sansone, pesquisadores com vasta produção na temática, que reuniram 18 colaboradores com formações acadêmicas diversas e relações também diversas com a pesquisa sobre etnicidade ou comprometimento político com as etnias branca, negra e indígena. A mesclagem dos colaboradores e suas tendências são, por assim dizer, um dos pontos altos desta obra. Quando os organizadores se propuseram a estudar a diversidade de etnias nas Américas, trouxeram para o debate o que há de mais atual e abrangente sobre as diversas opiniões e evidências referentes às condições de saúde e direitos reprodutivos dos grupos não-hegemônicos e políticas públicas.

Por fim, diante da escassa produção científica sobre os grupos étnicos e sobre a metodologia para mensuração da discriminação racial², o livro em questão assume um caráter de obra original e, certamente, se tornará uma referência para a área da saúde, pois ainda são poucas as obras que se comparam. É um livro que eu não hesito em recomendar para estudantes, profissionais de saúde e ativistas sociais preocupados com a inclusão dos grupos não-hegemônicos na agenda política e a promoção da equidade social. Só há paz (bem-estar/saúde) com justiça.

Isabel Cristina Fonseca da Cruz
Núcleo de Estudos sobre Saúde e Etnia Negra,
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.
isabelcruz@uol.com.br

1. Barbosa MIS. Racismo e saúde [Tese de Doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1998.
2. Cruz ICF. Review of nursing research: theoretical and methodological topics related to race/color/ethnicity. Online Brazilian Journal of Nursing 2001; 2. <http://www.uff.br/nepae/objn201-icruz.htm> (acessado em 31/Ago/2004).

A RECEPÇÃO DO DARWINISMO NO BRASIL. Heloisa Maria Bertol Domingues, Magali Romero Sá & Thomas Glick (org.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. 192 pp.

ISBN 85-7541-032-6

Desde o lançamento de *A Origem das Espécies* até o desenvolvimento da síntese neodarwiniana, as idéias de Darwin foram alvo de polêmicas. Seu impacto filosófico pôde ser sentido além dos gabinetes de pesquisa, afetando também a esfera social, onde o darwinismo foi aplicado a questões relativas à origem e à variabilidade morfológica humana.

Em *A Recepção do Darwinismo no Brasil*, organizado por Heloisa Bertol Domingues, Magali Romero Sá & Thomas Glick, temos a oportunidade de mergulhar nas principais repercussões das idéias de Darwin (e de outros evolucionistas como Haeckel e Spencer) no meio acadêmico brasileiro; de observar o quanto essas idéias foram assimiladas e quais foram os principais pontos de controvérsia.

O prefácio de Henrique Lins de Barros fornece o pano de fundo necessário para as discussões que se seguirão. De forma sucinta é reconstruído o contexto científico pré-Darwin e o impacto causado pelas idéias de seleção natural, sobrevivência do mais apto e des-

centência comum – sem esquecer seus desdobramentos posteriores, como a quimera do darwinismo social.

Ainda na apresentação, Heloisa Bertol Domingues e Magali Romero Sá alertam para a freqüente confusão entre darwinismo e evolucionismo, lembrando ao leitor que nem todos os partidários do conceito de evolução concordavam, de fato, com Darwin. Uma arena particular de embate, salientam as autoras, deu-se no campo das ciências antropológicas, onde estudos arqueológicos e investigações em antropologia física (especialmente a craniometria) levantaram dados e argumentos pró ou contra as perspectivas darwinianas.

Na introdução, Thomas Glick tece interessante paralelo entre as experiências no Brasil de Darwin – no século XIX – e do geneticista Theodosius Dobzhansky – em meados do século XX. Como ponto focal para ambos, a grande diversidade biológica brasileira. Se no primeiro caso a estada de Darwin destaca internacionalmente o potencial do país para os estudos de história natural, no segundo, todo um programa de genética de populações passa a ser desenvolvido no país.

Na tentativa de avaliar a repercussão do pensamento darwiniano, Glick recorre ao acervo de bibliotecas nos principais centros de intelectualidade acadêmica no país, incluindo-se nesta lista não apenas as instituições voltadas para a história natural, mas também o Instituto Politécnico e algumas faculdades de direito, onde o darwinismo poderia despertar interesse em discussões relativas a questões sociais. De fato, obras de Darwin e de darwinistas influentes puderam ser encontradas no conjunto destas instituições, indicando, ao menos, que os elementos necessários para o debate encontravam-se à disposição.

Em um país de forte orientação católica, era esperado que esta literatura fosse antes de tudo combustível para contestações acaloradas ao darwinismo, todavia, como salienta Glick, a presença de evolucionistas e simpatizantes das idéias de Darwin encaixando as principais instituições de pesquisa e os anseios intelectuais por teorias que legitimassem as diferenças raciais, acabou por amenizar a polêmica, pelo menos em comparação com outros países latinos, onde a reação contrária foi mais intensa.

É curioso perceber que os primeiros dados concretos e substanciais a corroborarem a perspectiva darwiniana foram realizados no Brasil, pelo pesquisador alemão Fritz Müller. Sua contribuição na consolidação do darwinismo é o tema do primeiro capítulo, onde Nelson Papavero resume a atuação desse pesquisador que se tornou correspondente do próprio Darwin e cujas idéias foram utilizadas por Ernest Haeckel para a formulação de sua *Lei Biogenética Fundamental*.

A presença de cientistas e intelectuais de orientação evolucionista no cenário acadêmico brasileiro de certa forma direciona o debate para o nível das particularidades. A evolução não está propriamente em discussão e sim os *mecanismos* propostos por Darwin. Para entender este contexto, nada melhor do que conhecer os pesquisadores e suas produções científicas. Esta foi a perspectiva de Regina Gualtieri, no segundo capítulo, ao analisar a produção científica do Museu Nacional em dois momentos particulares: o primeiro, sob a administração de Ladislau Netto (1875-1893), abrangendo os últimos anos da monarquia e o